

SIMPÓSIO AT145

OS GÊNEROS DO DISCURSO NA BASE COMUM CURRICULAR: IMPLICAÇÕES PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

ROSAS DE ARAÚJO, Patrícia Silva
Universidade Federal de Campina Grande
letrasrosas@hotmail.com

Resumo: As discussões e disputas em relação à proposta da Base Nacional Comum Curricular (doravante BNCC) alastrou-se significativamente. Desde que foi divulgada a primeira versão em 2015, multiplicaram-se os discursos em torno do assunto. No entanto, a BNCC é um enunciado, e como todo enunciado, é elaborado por sujeito(s) constituído(s) social, histórica, política e ideologicamente, por isso convém estudá-la. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é discutir os fundamentos teóricos subjacentes à construção da BNCC, principalmente no tocante ao conceito bakhtiniano de gêneros de discurso e suas implicações para o ensino de língua portuguesa. Nosso apoio teórico fundamenta-se na ADD (Análise Dialógica do Discurso). Os resultados parciais deste trabalho indicam que a BNCC não discute e nem aprofunda de modo geral seus aportes teóricos, pressupondo que os professores já os conhecem ou os dominam suficientemente bem. Daí a tão necessária formação docente, principalmente em tempos de enxurrada de documentos parametrizadores direcionadas ao ensino.

Palavras-chaves: Gênero discursivo; Base Comum Curricular; Ensino

Abstract: The discussions and disputes regarding the proposal of the National Curricular Common Base (hereinafter BNCC) significantly expanded. Since the first version was released in 2015, speeches have multiplied around the subject. However, the BNCC is a statement, and like every statement, it is elaborated by socially, historically, politically and ideologically constituted subject (s), so it is important to study it. In this sense, the objective of this paper is to discuss the theoretical foundations underlying the construction of the BNCC, mainly regarding the Bakhtinian concept of discourse genres and its implications for the teaching of Portuguese language. Our theoretical support is based on the ADD (Dialogical Analysis of Discourse). The partial results of this work indicate that the BNCC does not discuss and broadly refine its theoretical contributions, assuming that teachers already know or dominate them well enough. Hence the much needed teacher training, especially in times of flood of parameterizing documents towards to teaching.

Keywords: discursive genre; curricular common base; teaching

1. Discussão inicial

As discussões e disputas em relação à proposta da Base Nacional Comum Curricular (doravante BNCC) alastrou-se significativamente. Desde que foi divulgada a primeira versão em 2015, multiplicaram-se os discursos em torno do assunto. E a mídia tem exercido um papel preponderante servindo de articuladora entre o governo e os demais interlocutores (professores, pesquisadores, alunos gestores etc.), tentando “traduzir” para os “não-especialistas” os discursos a favor e/ou contra o documento, no entanto, não faz isso de maneira ingênua, neutra ou imparcial.

Assim, as impressões dos interlocutores sobre BNCC são elaboradas a partir dos vieses axiológicos carregados de posicionamentos e julgamentos de valor veiculados pelas palavras empregadas, projetados a partir da posição social, histórica e ideológica de cada veículo de comunicação que publiciza informações sobre o documento, uma vez que a mídia, para instaurar acontecimentos, simula alguns eventos, omite discursos e evidencia outros discursos que lhe convêm.

Nesse contexto, nosso objetivo nesse artigo é analisar os fundamentos teóricos subjacentes à construção da BNCC, principalmente no tocante ao conceito bakhtiniano de gêneros de discurso.

2. A BNCC na arena de disputas

A BNCC foi apresentada pelo Ministério da Educação (MEC) no mês de setembro do ano de 2015, sendo defendida como projeto ancorado no Plano Nacional de Educação (PNE) - 2014-2014. Foi disponibilizada para consulta pública e, segundo o MEC, teve mais de 12 milhões de participações. Em maio de 2016, uma segunda versão foi publicada e novamente discutida. A terceira versão (apenas Educação Infantil e Ensino Fundamental) foi apresentada em abril/2017, rediscutida e a última versão foi homologada pelo MEC em dezembro de 2017. É sobre essa versão final que queremos nos

debruçar durante a atividade de pesquisa.

Há várias iniciativas (públicas e privadas) que instauraram o debate sobre a BNCC. Desde 2013, por exemplo, um movimento nomeado de Movimento pela Base Nacional Comum (MBNC) afirmou, em seu site¹, que se constituía de um grupo de especialistas em Educação que se reuniu para discutir a adoção de uma BNCC para o Brasil. Apresentou-se como um grupo não governamental de profissionais e pesquisadores da educação que atua para “facilitar a construção de uma Base de qualidade”.

No caso dos agentes privados, destacam-se algumas instituições ou fundações e institutos a exemplo de Fundação Lemann, principal apoiadora e articuladora da reforma curricular, Cenpec, Instituto Natura, Instituto Ayrton Senna, Instituto Unibanco, Fundação SM, Insper e Instituto Fernando Henrique Cardoso.

Segundo Geraldi (2015), a BNCC é produto de consultorias universitárias, de comitês de especialistas, de técnicos competentes. É uma implantação vertical que só servirá de referência para os sistemas de avaliação. Postura esta que se distancia da “experiência da escola”, da “realidade do professor” e das “necessidades do estudante brasileiro” (p. 381).

Rocha e Pereira (2016) nos lembram que a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), no ano de 2015, elencou nove motivos que justificaram o posicionamento contrário à BNCC. A Associação também lançou em seu portal uma campanha em oposição à BNCC, que foi denominada de *Aqui já tem Currículo*. A campanha considera que os professores e professoras que já praticam currículos de variadas maneiras e com conteúdos plurais não foram devidamente ouvidos/as.

Há ainda uma proliferação de websites, blog, textos, vídeos no *Youtube* que também disseminam opiniões sobre a BNCC. Especialistas, professores, organizações continuam comentando, discutindo, opinando e analisando o documento. Já existem até cursos de curta duração para “preparar” o professor para receber a BNCC na escola. Nesse contexto, a mídia tem sido a grande

¹ Cf. <http://movimentopelabase.org.br/>. Acesso em 20/05/2018.

difusora sobre o assunto. Ela tem sido a ferramenta por meio da qual todos têm se valido para se instrumentalizar sobre o que é a BNCC, onde baixar, onde tirar dúvidas etc. É comum encontrarmos informações do tipo: “Tudo o que você precisa saber sobre a BNCC”.

O grande problema é a dispersão de informações, de pontos de vistas, de valoração ideológica. Nesse sentido, recomendamos uma leitura crítica, desconfiada sobre o que se lê/ouve/vê. Leitura crítica, segundo Sobral (2017, p. 1), é “interpretar e duvidar sempre. Não aceitar nada como verdade parcial ou absoluta”. É a partir desse ponto de vista que defendemos a leitura da BNCC.

2.2 O tratamento dos gêneros do discurso na BNCC

A nosso ver, a BNCC mantém um dos principais problemas atribuídos aos PCN na década de 90, qual seja, no conjunto das considerações teóricas, pouco espaço se reserva para a discussão de conceitos centrais à proposta, como língua, discurso, texto, gênero, escuta e leitura, produção textual, dentre outros. No documento, tais termos são conceituados marginalmente, pressupondo-se, nesse caso, um professor com conhecimento prévio das teorias implicadas. A BNCC se justifica dizendo:

Ao mesmo tempo que se fundamenta em concepções e **conceitos já disseminados em outros documentos** e orientações curriculares e em contextos variados de formação de professores, já relativamente conhecidos no ambiente escolar – tais como práticas de linguagem, discurso e gêneros discursivos/gêneros textuais, esferas/campos de circulação dos discursos [...] (BRASIL 2017, 67, grifos nossos).

Segundo a BNCC, a seleção de gêneros relacionados aos vários campos de atuação tem a proposta de organizar a ideia de progressão (a progressão dar-se-á tanto no aprofundamento das formas de mobilização dos diferentes recursos no interior de cada um dos gêneros quanto na ampliação desses gêneros), partindo dos mais simples aos mais complexos.

No entanto, consideramos a proposta do documento bastante pretenciosa, haja vista a gama de gêneros propostos (ou impostos) no Ensino Fundamental, a

exemplo de tirinha, charge, *meme*, *gif*, folheto, entrevista, carta do leitor, reportagem, palestra, debate, resenha, comentário, sinopse, relatório, etc.). O documento ainda acrescenta: “outros gêneros, além daqueles cuja abordagem é sugerida na BNCC, podem e devem ser incorporados aos currículos das escolas e, assim como já salientado, os gêneros podem ser contemplados em anos diferentes dos indicados” (BRASIL, 2017 p. 137).

Para alguns, essa profusão de gênero é louvável, mas a partir de nossas experiências em salas de aula da educação básica há mais de quinze anos e a partir de nossa experiência nas turmas de estágio supervisionado podemos dizer que um projeto discursivo, a depender dos propósitos e da complexidade do gênero (por. ex.; resenha crítica, artigo científico, artigo de opinião), leva tempo, não se pode trabalhar de forma célere só para garantir quantidade.

Nesse sentido, concordamos com Geraldi (2015) quando diz que o excesso de carga exigido ano a ano na proposta da BNCC impede que professores elaborem projetos de continuidade e de profundidade num mesmo gênero (trabalhos com coletâneas de resenhas etc.). Esses projetos demandam tempo na escola, mas esse tempo estará ocupado pela passagem pelos inúmeros gêneros ainda que de forma mais ou menos superficial. Embora a autor esteja falando da primeira versão da BNCC, essa questão se aplica inteiramente na versão final.

Ainda sobre o gênero, a BNCC prevê gêneros efetivamente praticados pelos professores e alunos segundo suas faixas etárias e de escolaridade e suas necessidades (tirinha, charge, folhetos, entrevista, carta do leitor, reportagem, palestra, debate etc.), bem como gêneros distantes de seus mundos, longe de seus usos como aqueles próprios do campo jornalístico/midiático. Há uma profusão dos gêneros multimidiáticos e multissemióticos, treinando o aluno para agir como futuro influenciador digital.

Figura 1: gêneros textuais no contexto da BNCC (Anos iniciais)

<p>Reconstrução e reflexão sobre as condições de produção e recepção dos textos pertencentes a diferentes gêneros e que circulam nas diferentes mídias e esferas/campos de atividade humana</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar as diferentes formas de manifestação da compreensão ativa (réplica ativa) dos textos que circulam nas redes sociais, <i>blogs/microblog, sites</i> e afins e os gêneros que conformam essas práticas de linguagem, como: comentário, carta de leitor, <i>post</i> em rede social³⁵, <i>gif, meme, fanfic, vlogs</i> variados, <i>political remix</i>, charge digital, paródias de diferentes tipos, vídeos-minuto, <i>e-zine</i>, fanzine, fanvídeo, <i>vidding, gameplay, walkthrough</i>, detonado, <i>machinima, trailer</i> honesto, <i>playlists</i> comentadas de diferentes tipos etc., de forma a ampliar a compreensão de textos que pertencem a esses gêneros e a possibilitar uma participação mais qualificada do ponto de vista ético, estético e político nas práticas de linguagem da cultura digital.
---	---

Fonte: BNCC, 2017, p. 74.

Ao apontar uma diversidade de gêneros multimidiáticos e multissemióticos, a BNCC instiga a possibilidade de inserção das Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDIC) no cotidiano escolar. No entanto, quando se propõe *gameplay, vidding, walkthrough, e-zines* etc., realisticamente falando, as escolas não dispõem tanto dos recursos necessários quanto de pessoal especializado. Na maioria das vezes, os professores se arriscam na cultura digital de forma amadora, sem terem realizado qualquer formação dentro ou fora do ambiente escolar.

Com isso não estamos dizendo que nossos alunos não tenham potencial para aprender (e muitos já lidam muito bem com esse mundo digital) e que os professores não sejam capazes de mediar a aprendizagem (há professores *expert* em lidar com as tecnologias). Muito menos que esses gêneros não devam fazer parte do repertório da sala de aula. Mas reconhecemos que é preciso um trabalho interdisciplinar entre diversos profissionais (web designer, redator web, programador, analista de mídia social, analista de marketing digital) para auxiliar o trabalho do professor com a abordagem desses e outros gêneros na área de TDIC. Será que o professor terá esse apoio?

Há muitas décadas se discute o ensino de gênero no Brasil, mas o professor ainda pergunta: o que é mesmo gênero? Qual a diferença entre gênero e tipo textual? E suporte? O que devo ensinar: gênero ou texto? Redação ou produção textual? E tudo isso fica mais confuso quando o

professor vai ler a BNCC e isso não é esclarecido, pois o documento toma texto por gênero o tempo todo. Vejamos um exemplo:

Figura 2- Texto ou gênero?

(EF69LP08) Revisar/editar o texto produzido - notícia, reportagem, resenha, artigo de opinião, dentre outros -, tendo em vista sua adequação ao contexto de produção, a mídia em questão, características do gênero, aspectos relativos à textualidade, a relação entre as diferentes semioses, a formatação e uso adequado das ferramentas de edição (de texto, foto, áudio e vídeo, dependendo do caso) e adequação à norma culta.

Fonte: BNCC, 2017, p. 141

A BNCC diz: *revisar/editar o texto produzido...*, mas dá como exemplo os gêneros *notícia, reportagem*. O texto é tomado como equivalente ao gênero, como se o gênero fosse a materialização do texto. No entanto, concordamos com Bezerra (2017, p. 36) quando diz que “[...] do gênero jamais se pode dizer que ‘se materializa’. Apenas o texto pode ser descrito como tendo um aspecto material, ou constituir uma materialidade linguística”. Quanto ao gênero, numa concepção dialógica, “é uma categoria discursiva, da ordem do enunciado, não do texto ou da frase” (SOBRAL, 2009, p. 119). Portanto, não se pode confundir texto com gênero.

3. Conclusão

A nosso ver, pensar o conceito de gênero discursivo numa perspectiva bakhtiniana é contrariar velhas práticas (propostas teóricas e metodológicas que reduzem o gênero a um produto pronto) e aliar-se ao projeto discursivo do autor e seu ouvinte, a partir das interações dialógicas.

A BNCC não discute e nem aprofunda de modo geral seus aportes teóricos, pressupondo que os professores já os conhecem ou os dominam suficientemente bem. O professor não encontrará no documento uma segurança teórica a seguir. Há apontamentos e orientações vagas. Isso implica dizer que vai ficar a critério do professor buscar formação para sanar suas dúvidas e necessidades quanto à opção teórica mais adequada para os seus

objetivos, evitando assim, misturar perspectivas, conceitos etc. Daí a tão necessária formação docente, principalmente em tempos de enxurrada de documentos parametrizadores direcionadas ao ensino.

4.Referências

BAKHTIN, Mikhail M. Os gêneros do discurso. In: _____. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011, p. 261-306.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: primeiro e segundo ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. **Base Nacional Comum Curricular**. 3º versão. Brasília: Ministério da Educação, 2017.

GERALDI, João Wanderley. O ensino de língua portuguesa e a Base Nacional Comum Curricular. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 9, n. 17, p. 381-396, jul./dez. 2015.

ROCHA, Nathália Fernandes Egito; PEREIRA, Maria Zuleide da Costa. O que dizem sobre a BNCC? Produções sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no período de 2010 a 2015. In: **Espaço do Currículo**, v. 9, n.2, p. 215-236, maio a agosto de 2016.

SOBRAL, A. U. **Do dialogismo ao gênero**: as bases do pensamento do Círculo de Bakhtin. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009.

_____. **Leitura crítica**: uma ferramenta indispensável para a compreensão dos fatos na era da pós-verdade. In: UniRitter. **Disponível em** <<http://facs.uniritter.edu.br/leitura-critica-uma-ferramenta-indispensavel-para-a-compreensao-dos-fatos/>>. Acesso em 21/01/2018.